

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT21.017

A LÓGICA NEOLIBERAL E A CONFORMAÇÃO DO ESTUDANTE-CIDADÃO NA POLÍTICA PÚBLICA BRASILEIRA

Maria Cléa Ferreira Monteiro¹
Gledson Bezerra Magalhães²

RESUMO

O neoliberalismo, caracterizado por um conjunto de políticas econômicas e sociais que evidencia a liberalização dos mercados, a privatização, a desregulamentação e a redução do papel do Estado, tem, historicamente, um impacto significativo nas políticas de educação no Brasil, marcadamente, a partir dos anos 1990. O presente trabalho tem por objetivo analisar como o projeto neoliberal se materializa na educação pública brasileira através de mecanismos de políticas de Estado associados à privatização e mercantilização da educação; desigualdade social e segregação socioeconômica; falta de investimento público; aos modelos de gestão empresarial focados em indicadores de desempenho; à flexibilização curricular voltada para o mercado de trabalho, bem como às reformas educacionais promovidas com o fim último de beneficiar grandes conglomerados financeiros. Tais mecanismos são chamados à luz do dia com o intuito de contornar a crise estrutural do capital na qual o mundo globalizado está inserido, criando novos campos econômicos e mercados a serem explorados pelo capital. Trata-se, assim, de um estudo teórico-bibliográfico em que serão discutidas, principalmente, as obras de Marx (2013), Mészáros (2002, 2011) e Laval (2016, 2019). Pode-se inferir que o projeto neoliberal possui interesses antagônicos aos de um projeto de educação pública, gratuita e de qualidade, em que pese a formação integral do sujeito.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Educação, Crise do capital, Políticas públicas.

1 Doutoranda em Educação da Universidade Federal do Ceará - UFC, cleafferreiramonteiro@gmail.com;

2 Pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal do Ceará – UFC, gledsonbmagalhaes@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O neoliberalismo, corrente de pensamento econômico liberal, defende a prioridade do mercado como regulador das relações econômicas e sociais, com uma mínima intervenção do Estado. No campo das políticas públicas, sua lógica está centrada na desregulamentação, privatização de serviços e incentivo à competitividade. No Brasil, o neoliberalismo aparece na década de 1990, impulsionado pelo então presidente Fernando Collor de Melo, ao adotar medidas, tais como a redução da máquina pública com a extinção de ministérios e órgãos públicos, demissão de funcionários públicos e o congelamento de preços e salários. Começa a se consolidar nos anos 2000, com o governo de Fernando Henrique Cardoso influenciando a forma como o Estado organiza suas funções, inclusive no setor educacional.

A implementação de políticas neoliberais no campo da educação resultou em um redirecionamento dos objetivos educacionais. A educação, que historicamente era vista como um direito social destinado a promover o desenvolvimento integral do indivíduo, passa a ser reputada como uma mercadoria, com foco na preparação de indivíduos para o mercado de trabalho. O conceito de “estudante-cidadão”, nesse contexto, é conformado para atender às demandas de um mercado competitivo, orientado pela ideia de eficiência e produtividade. A partir disso, políticas educacionais fomentam um modelo de formação técnica e pragmática, que evidenciam o desenvolvimento de habilidades e competências úteis para o mercado, em oposição a uma educação crítica e voltada à cidadania ativa.

Essa nova forma de gerenciamento do chamado estudante-cidadão dentro da lógica neoliberal traduz-se em padrões de avaliação por desempenho, criação de *rankings* escolares e a priorização de cursos técnicos e profissionalizantes. O Estado, dentro do escopo regulador e facilitador de parcerias público-privadas, acaba por reduzir sua responsabilidade em garantir uma educação pública de qualidade.

Esse trabalho justifica-se na medida em que se torna imperativo desmitificar o ideário neoliberal propagandeado e reproduzido pelo senso comum, uma vez que tais ideias vão na contramão do progresso de uma educação pública de qualidade, onde deve operar a primazia de políticas públicas socializadas para o bem da sociedade em geral. Assim, o objetivo geral desse trabalho é analisar como o projeto neoliberal se materializa na educação pública brasileira através

de mecanismos de políticas de Estado associados à privatização e mercantilização da educação.

A metodologia utilizada é um estudo teórico-bibliográfico tendo como base o materialismo histórico-dialético de leitura da realidade, em que serão discutidas, principalmente, as obras de Marx (2013), Mészáros (2002, 2011) e Laval (2016, 2019). A escolha do método materialista para compreensão da realidade se dá devido à necessidade de, diferentemente dos métodos idealistas, buscar as raízes históricas e materiais das condições de existência do presente para, assim, entender como a história foi produzida ao longo dos tempos, uma vez que as mudanças no modo de produção da vida resultam em mudanças no modo de significação da vida, e não seu inverso.

O trabalho está estruturado em quatro partes: a primeira apresenta os conceitos iniciais sobre capitalismo e a conseqüente crise estrutural do capital, evidenciando o caráter histórico para o renascimento do liberalismo. A segunda parte aborda os conceitos de neoliberalismo e sua relação direta com as políticas públicas brasileira. A terceira parte analisa os impactos da educação neoliberal no campo educacional a partir da lógica 'estudante-cidadão', conformando-o para o mercado de trabalho. Por fim, a última parte apresenta um contraponto crítico ao regime escolar imposto, apontando práticas pedagógicas possíveis que busquem uma formação crítica e comprometida com a justiça social.

Conclui-se que o neoliberalismo se assenta, de maneira absoluta nas políticas públicas brasileiras, privilegiando a formação de capital humano para atender às demandas do mercado, acentuando ainda mais as desigualdades educacionais do nosso país.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesse trabalho, em consonância com a teoria marxista, baseia-se numa abordagem materialista histórica-dialética, em que se intenta apreender o real em sua complexidade e totalidade. Marx (2013) reitera a necessidade da ciência frente à realidade, uma vez que esta mostra-se ao mesmo tempo envolta de falsas determinações e sujeita à análises rasas e descoladas do contexto que a forma. KOSIK, a seu tempo, afirma que a análise da realidade é sempre uma aproximação, visto a impossibilidade de alcançar verdadeiramente todas as circunstâncias, conjunturas, situações envoltas em uma relação. KOSIK (2012, p. 4) sintetiza "Captar a realidade em sua totalidade não

significa, portanto, a apreensão de todos os fatos, mas um conjunto amplo de relações, particularidades e detalhes que são captados numa totalidade que é sempre uma totalidade de totalidades”.

A compreensão da realidade, aqui fundamentada no arcabouço teórico marxiano, como dito anteriormente, relacionada ao campo educacional brasileiro, estende-se para uma análise histórica, econômica e social. As múltiplas determinações a que um fato está exposto devem ser cuidadosamente analisadas e, mais que isso, relacionadas entre si afim de encontrar respostas adequadas a problemas, que de primeira vista, parecem de ordem teórica, mas que se materializam na realidade de forma a tratar os ‘sujeitos educacionais’ descartável e desumanamente.

A pesquisa possui cunho teórico-bibliográfico ancorada nas obras de Marx (2013), Mészáros (2002, 2011) e Laval (2016, 2019). Os principais instrumentos utilizados para a pesquisa foram livros e artigos científicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Faz-se necessário voltar um pouco na história e entender, ainda que de forma breve, as origens do neoliberalismo e seu *modus operandi*, como ele surge na história e suas reverberações no complexo social. Para tal, iniciaremos pelo processo histórico de formação do capitalismo e suas conseqüentes crises.

O capitalismo é um sistema econômico marcado pela propriedade privada dos meios de produção e pela busca da mais valia como principal motor das atividades econômicas. Ele surgiu na Europa, mais especificamente a partir dos séculos XV e XVI, com o surgimento do mercantilismo e das primeiras formas de acumulação de capital. No entanto, sua consolidação ocorreu a partir do século XVIII, com a revolução industrial, que transformou profundamente as relações sociais e econômicas, pautando-se na produção em larga escala e na exploração da força de trabalho assalariada. Hobsbawn cita três importantes circunstâncias que propiciaram o surgimento do referido modo de produção. O primeiro deles foi o cercamento de terras comuns.

O cercamento significou o remanejamento de campos antes comuns ou abertos, e sua transformação em unidades fundiárias particulares e fechadas, ou a divisão de terras antes comuns, mas não cultivadas [...] em propriedade privada. Tal como a racionalização das propriedades privadas – por troca, compra ou arrendamento de áreas para a formação de unidades mais com-

pactas [...]. A partir de 1760 [...], os proprietários rurais aceleraram o processo de conversão da terra numa colcha de retalhos de propriedades inteiramente individuais, mediante o uso sistemático de leis parlamentares. (HOBBSAWN, 1979, p. 93).

De modo geral, o cercamento de terras foi responsável pela expulsão dos camponeses de suas terras. Importante frisar que essas terras, ancestralmente passadas pelas comunidades em que se viviam, eram possuidoras de toda sorte de recursos, matérias-primas ligadas à natureza e necessárias para a realização do trabalho. Agora não mais lhe pertenciam. Impossibilitados de trabalhar, estes camponeses começaram a se deslocar para os centros das cidades a procura de trabalho. Assim, o capitalismo só se mostrou possível devido a um grande contingente de força de trabalho ociosa que não tinha nenhuma escolha a não ser vender sua mão de obra, ao preço que fosse, com vistas a sua sobrevivência.

A segunda circunstância citada pelo autor supracitado refere-se a ascensão da burguesia como classe que toma consciência de si e reivindica o comando do Estado junto a classe aristocrática. A burguesia era composta, principalmente, por comerciantes e artesãos que devido a expansão do comércio e o desenvolvimento das forças produtivas viram seus negócios ganharem força. A partir do desenvolvimento das cidades como centros comerciais, essa classe social foi consolidando sua riqueza, proporcionando maior influência econômica e social. Percebendo que tinha interesses próprios, muitas vezes antagônicos aos da aristocracia, a burguesia, com base em sua riqueza crescente, começou a exigir mais poder e influência política, argumentando que o antigo regime aristocrático, baseado na economia rural de produção autossuficiente, era incapaz de gerenciar o novo mundo econômico e as transformações sociais que o capitalismo estava produzindo.

A terceira circunstância refere-se ao desenvolvimento das forças produtivas, isto é, o avanço dos meios e das capacidades de produção ao longo do processo histórico. Marx (2008) define modo de produção como a soma de forças produtivas e relações de produção. Forças produtivas são a relação da sociedade com a natureza, com a apropriação e a transformação dos recursos naturais dos seus mais diversos tipos em coisas úteis à sobrevivência do ser humano, como exemplos podemos citar os instrumentos de trabalho, as máquinas, as matérias-primas. Já as relações de produção são a forma que as pessoas se organizam com o intuito de se apropriar da natureza, diz respeito ao modo como as forças produtivas são apropriadas.

...na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política [...]. (MARX, 2008, p. 49).

Com o passar o tempo, a produção passou de artesanal à manufatureira com aumento da especialização do trabalho e a consequente divisão do trabalho. A partir do final do século XVIII, há um vertiginoso desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo com a mecanização, industrialização e uso de novas fontes de energia. Esse avanço acelerou a produção de mercadorias, a circulação de bens e a acumulação de capital.

Esse primeiro momento do capitalismo, chamado mercantil, coloca uma pressão em cima dos outros países para que eles também pudessem se industrializar, caso contrário as mercadorias das cidades industrializadas iriam assolar as cidades vizinhas, com a lógica de aniquilar os menores empreendimentos. Assim, a pressão da indústria capitalista começa a impulsionar a transformação do modo de produção do resto do mundo.

Essa imposição de acelerar o desenvolvimento dos negócios ao redor a fim de garantir a sobrevivência dos comércios também é responsável por uma das características mais marcantes do modo de produção capitalista, capaz de gerar crises que abalam suas estruturas, qual seja: a concorrência.

Para Marx (2013) as crises são inerentes ao modo de produção capitalista, derivadas de suas contradições internas que inevitavelmente levam a crises cíclicas, tais como a superprodução, a queda da taxa de lucro e o subconsumo. Essas crises são periódicas e fazem parte da dinâmica do sistema, funcionando como uma forma de “autocorreção” capitalista. Marx (2013, p. 188), explica que tais “crises são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado”.

Mészáros (2002), teórico marxista húngaro, amplia e aprofunda a teoria das crises de Marx ao introduzir o conceito de crise estrutural do capital. Para ele, essa crise não é apenas um problema cíclico, mas sim uma crise permanente e irreversível. Mészáros argumenta que o capitalismo chegou a um ponto onde

as contradições internas não podem mais ser resolvidas por meios tradicionais, tornando impossível a continuidade sustentável do sistema.

Podemos resumir as principais características da crise estrutural do capital elaborada por Mészáros em: 1) impossibilidade de resolução interna, uma vez que a crise estrutural do capital não pode ser resolvida por meio de políticas públicas convencionais ou reformas pontuais, pois é uma crise da própria lógica do sistema sociometabólico; 2) extinção dos recursos naturais e destruição ambiental: o autor afirma que o capitalismo, ao buscar expansão contínua, esgota os recursos naturais e causa degradação ambiental em uma escala cada vez mais ampliada e de difícil retorno; 3) globalização das contradições: o capitalismo se expandiu mundialmente, o que leva a uma crise em escala global, onde as desigualdades e os conflitos não são mais sentidos em regiões específicas, mas afetam toda a estrutura mundial; 4) questões de governança: a crise estrutural também se manifesta no colapso da capacidade dos Estados e das instituições de governar o sistema capitalista de forma minimamente viável, eclodindo cada vez mais crises dos mais diversos tipos, como as climáticas, e de saúde pública.

Tais características representam uma limitação que não existia nas crises cíclicas anteriores, onde pela própria lógica interna do processo de desenvolvimento do capital, as crises se tornam universais, globais, prolongadas e rastejantes. Mészáros (2002, p.799) assinala que tais crises representam [...] as perturbações e “disfunções” antagônicas, ao invés de serem absorvidas/dissipadas/desconcentradas e desarmadas, tendem a se tornar cumulativas e, portanto, estruturais, trazendo com elas um perigoso complexo mecanismo de deslocamento de contradições’.

É nesse contexto de crise estrutural do capital, onde há deslocamento de contradições no intuito de reverter o quadro de queda da taxa de lucros, e voltar o processo de acumulação, que o neoliberalismo é chamado à luz do dia.

Neoliberalismo é o nome dado ao conjunto de teorias que fundamentam o conceito de livre mercado, consiste em uma doutrina econômica e política que surgiu no século XX, tornando-se proeminente a partir dos anos 1970. Suas principais ideias residem na defesa do livre mercado, na redução da intervenção estatal e no preceito de que a iniciativa privada é a principal razão do desenvolvimento econômico e social. O prefixo ‘neo’ demarca a diferença entre os liberais clássicos, adaptando o conceito aos desafios do capitalismo contemporâneo, buscando minimizar ainda mais o papel do Estado nas regulações econômicas e sociais. Friedrich Hayek e Milton Friedman são considerados os

economistas responsáveis pela fundação da economia neoliberal, que encontrou suas primeiras aplicações práticas em governos como o de Augusto Pinochet, no Chile, Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos.

Dardod e Laval (2016) afirmam que as teorias neoliberais podem ser chamadas como uma reação a um arranjo social iniciado após a grande crise de 1929 e consolidada após a segunda guerra mundial, reação aos intervencionismos estatais, tal como o keynesianismo, bem como ao modelo de planejamento estatal, chamado de estado de bem-estar social. Segundo seus teóricos, era preciso reagir ao que chamaram de 'coletivismos' e todas as propostas de intervenção do Estado, era preciso criar novas formas de intervenção da vida social.

Ao contrário do que se possa imaginar, a agenda neoliberal propõe uma forma de intervenção, qual seja impor a forma de mercado em todos os âmbitos da vida social. Em toda sua teia epistemológica há uma ideia de liberdade, ainda que seja uma concepção de liberdade mercantil generalizada para todos os âmbitos da vida, inclusive a relação entre as pessoas que se materializa tal qual uma relação própria de mercado. A ideia da concorrência vai se dá até mesmo no campo das relações privadas, invadindo a lógica da administração pública. Em geral, a vida seria gerida como empresa. Os autores afirmam 'Nesse sentido, o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida' (Dardod e Laval, 2016, p. 7).

Na ideologia neoliberal, o Estado deve limitar-se a garantir a ordem e a propriedade privada, deixando as forças de mercado agirem livremente, é o proclamado '*laissez faire, laissez passer*', que significa deixar fazer, deixar passar. Para regular a economia somente o sistema de competição acirrado entre as empresas, posto que proporciona o crescimento e a eficiência que o mercado precisa. Políticas de desregulamentação, privatização de empresas estatais, flexibilização das relações de trabalho e abertura econômica são algumas das medidas promovidas pelas agendas neoliberais.

Outra característica marcadamente expressa no ideário neoliberal diz respeito as medidas implementadas por governos para reduzir o *déficit* público e estabilizar a economia em momentos de crise fiscal, são as chamadas políticas de austeridade, com uma rígida disciplina fiscal. Elas geralmente envolvem cortes em gastos públicos, aumento de impostos e reformas estruturais que visam

diminuir os custos do Estado, como por exemplo reforma da previdência e reforma administrativa, além do desmonte de programas de assistência sociais.

Há também uma das formas mais avançadas de acumulação através da rentabilidade: a financeirização. A crescente superioridade das finanças sobre a economia real produtiva na geração de riqueza e na dinâmica de acumulação de capital em escala mundial, ou seja, o capital financeiro, representado por bancos, fundos de investimento, títulos e mercados de ações, assume um papel central no sistema econômico, superando em muito a produção de bens e serviços em importância para o crescimento econômico. A predominância do capital financeiro dispensa a necessidade em investir na produção de bens e serviços, as empresas e investidores se voltam para ativos financeiros como ações e títulos. A rentabilidade é cada vez mais buscada por meio de operações financeiras e especulativas, gerando lucros sem a necessidade de produzir algo realmente material.

A grande questão é que a influência das instituições financeiras como bancos, fundos de pensão e de investimento e corretoras exercem forte influência sobre empresas e governos. Essa pressão incentiva políticas que privilegiam a valorização das ações e o retorno rápido sobre o capital investido, muitas vezes em detrimento de investimentos produtivos e sustentáveis. Cabe mencionar seus impactos econômicos e sociais, uma vez que a financeirização favorece a concentração de renda e riqueza nas mãos de grandes investidores e instituições financeiras. Além disso, enfraquece os direitos trabalhistas e aumenta a vulnerabilidade dos países menos desenvolvidos, pois políticas de austeridade e ajuste fiscal são adotadas para garantir o pagamento de dívidas, afetando diretamente serviços públicos essenciais.

Com a globalização, o ideário neoliberal se disseminou por todas as partes do mundo, impactando profundamente as políticas públicas, especialmente em países em desenvolvimento, como o Brasil, onde reformas estruturais inspiradas pelo neoliberalismo foram implementadas a partir da década de 1990. No entanto, tal processo gerou consequências sociais significativas, ao aprofundar desigualdades e limitar o acesso a direitos básicos, como educação e saúde, para a população mais vulnerável, como veremos mais adiante.

Boito Jr. e Galvão (2012) analisam que os anos 2000, marcados pela eleição do Luiz Inácio Lula da Silva, marcaram uma aparente ruptura com o modelo neoliberal. Apesar do caráter discursivo crítico ao modelo econômico em andamento, o governo deu continuidade a uma série de medidas tomadas nos

governos anteriores. O controle da inflação e o compromisso com *superávits* fiscais eram preocupações recorrentes e campo de disputas entre o governo e a oposição, ainda que tenha havido um maior investimento em programas sociais, como o Bolsa Família, que buscavam combater a desigualdade e a pobreza. Machado (2009, p. 7) assevera

O governo Lula provocou uma redefinição na composição do bloco no poder, dando maior alento ao neoliberalismo, salvando-o da crise em que se encontrava no final do último mandato do governo Cardoso. Além de trazer para a sua base de apoio as frações da burguesia interna e do agronegócio, “alijadas” na gestão de seu antecessor, atraiu os setores mais pobres da população – os “descamisados” – que outrora (nas eleições de 1989) votaram em Collor. E em relação aos trabalhadores organizados, tem tratado “a pão e água”, mantendo o histórico arrocho salarial [...]

Em paralelo a isso aconteceram evoluções na economia brasileira motivadas pelo aumento dos preços das *commodities* que levaram o país a uma nova etapa de crescimento e desenvolvimento. Por outro lado, é notável que o mercado seguiu desempenhando um papel fundamental nas decisões políticas e a estratégia de privatizações e parcerias entre setores público e privado permaneceu como uma ferramenta importante para o progresso alcançado até então.

Nos anos 2010, o Brasil passou por um período de dificuldades econômicas crescentes que foram agravadas pela recessão de 2014 a 2016. Essa situação criou demandas para a adoção de políticas de austeridade fiscal, resultando no *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016. Com a chegada de Michel Temer à presidência, o Brasil intensificou ainda mais suas políticas neoliberais.

Duas reformas destacam-se durante a gestão de Temer: a PEC do teto de gastos e a reforma trabalhista. A PEC do teto de gastos, aprovada em 2016, diz respeito a Emenda Constitucional 95 que congelou, por um período de 20 anos, o aumento das despesas públicas, limitando-o à inflação do ano anterior. A justificativa por trás de tal medida reside no fato da justificativa da necessidade de para restabelecer a confiança no Brasil, controlar a dívida pública e atrair investimentos externos. Mariano (2017, p. 20) revela os principais objetivos da referida PEC

A EC 95/2016, ao constituir uma opção equivocada por alcançar superávit primário por meio do limite de gastos, aprofundando a crise econômica para satisfazer setores ligados ao capitalismo rentista, parece mais uma medida que pretende devolver o país

ao seu habitual Estado de exceção econômico, imposto pelo mainstream, aliás, a toda a América latina. Isto é, trata-se de um obstáculo neocolonialista ao desenvolvimento soberano de economias periféricas, que vivenciaram nos últimos tempos governos com tendências populares e mais democratizantes, com o objetivo de domesticá-las na tradicional relação econômica de dependência com as economias do capitalismo central.

De tal sorte que com o crescimento das despesas limitadas, áreas essenciais como a saúde e educação sofrem com a escassez de recursos, o que afeta a população mais vulnerável, que depende dos serviços públicos para atendimento básico. A autora aponta que as limitações dos investimentos nesses setores podem piorar ou mesmo negar as condições de acesso e qualidade.

A segunda reforma, a trabalhista, sancionada pela LEI Nº 13.467, de 2017, com promessas de alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e “modernizar” as relações de trabalho, flexibilizando a legislação e promovendo a autonomia das negociações individuais e coletivas entre patrões e empregados não passou de mais uma falácia do governo. Na verdade, a reforma permitiu que acordos realizados entre trabalhadores e patrões prevalecessem sobre a legislação em diversos temas como: jornada de trabalho, intervalo para almoço e modalidades de contratação, favorecendo, na prática, uma precarização das condições de trabalho, posto que as partes envolvidas se encontram em condições desiguais de hierarquia para estabelecer qualquer tipo de contrato.

Cunha *et. al.* (2021) corroboram com a ideia que a reforma trabalhista gerou um aumento de contratos de trabalho temporário, terceirizado e intermitente - pagamento somente das horas trabalhadas - atestando um cenário em que as relações trabalhistas se tornaram mais instáveis e menos favoráveis em relação ao trabalhador, com menor garantia de direitos e benefícios e conclui que essa flexibilização, na verdade, resultou em um aumento de empregos informais e mal remunerados. A orientação neoliberal continuou com medidas econômicas voltadas para a ênfase em cortes de gastos e reformas estruturais justificada pela urgência em controlar o *déficit* público e incentivar investimentos.

Com a eleição de Jair Bolsonaro na corrida presidencial, em 2018, o neoliberalismo foi reiterado como alicerce da estratégia econômica do país, comandada por Paulo Guedes, ministro da Fazenda e entusiasta do chamado “ultraliberalismo”. O governo de Bolsonaro deu seguimento ao programa de privatizações, apoiando a redução do papel do Estado na economia e a desregulamentação de setores considerados cruciais.

Em 2019, foi aprovada a reforma previdenciária que se destacava como uma das principais medidas adotadas pelo governo no sentido neoliberal visando redução de custos estatais com benefícios de aposentadoria e pensões. Entretanto, a pandemia da COVID - 19 trouxe desafios para essa abordagem, tendo em vista que houve pressão sobre o governo para aumentar os gastos públicos em resposta à crise sanitária e econômica. Apesar disso, a narrativa neoliberal seguiu orientando as conversas econômicas, dando prosseguimento com as promessas de privatizações e reformas estruturais.

Como mencionado anteriormente, o capital necessita deslocar contradições do seu próprio sistema como condição para reverter a queda tendencial da taxa de lucros e voltar ao processo de acumulação capitalista. Desse modo, o neoliberalismo se mostrou esse sistema de compensações, contrapartidas em que seja possível uma inflexão das políticas públicas a fim de radicalizar dispositivos mercantis na teia social, isto é, a mercantilização de campos da vida que até então estavam isentos. Um dos campos arrastados para entrar nessa lógica foi a educação e tudo que ela representa.

A influência do neoliberalismo nas políticas educacionais do Brasil tem sido significativa e transformou sua orientação para uma visão mais voltada ao mercado e à eficiência econômica. Isso se reflete em três áreas-chave: a crescente privatização da educação; a ênfase em valores de mérito e sucesso individual; e a valorização de habilidades que atendam às demandas do mundo profissional.

Tem-se o início do movimento nas políticas públicas que estimulava a privatização e o estabelecimento de parcerias público-privadas no âmbito da educação visando diminuir custos e supostamente elevar a qualidade do ensino por meio de uma perspectiva mercadológica. Esse modelo promoveu o crescimento de instituições de ensino privadas e a terceirização de serviços educacionais impactando diretamente no acesso e na qualidade da educação pública em regiões periféricas.

O Brasil não poupou esforços no quesito lógica de mercado aplicada às políticas educacionais, de modo que foram implementadas diversas práticas e reformas sob essa lógica de mercado aplicada à educação, podemos citar como principais: privatização e parcerias público-privadas, avaliação por desempenho, gestão empresarial, incentivo à competitividade, empreendedorismo e flexibilidade.

A respeito da privatização e parcerias público-privadas, Dardot e Laval (2016, p. 283-284) reiteram que essa lógica mercantil aprofunda as desigualda-

des de acesso à serviços de qualidade e acaba por acentuar as já existentes. A justificativa dos defensores de tais medidas reside no fato de que

[...] a gestão privada é sempre mais eficaz que a administração pública; que o setor privado é mais reativo, mais flexível, mais inovador, tecnicamente mais eficaz, porque é mais especializado, menos sujeito que o setor público a regras estatutárias. Vimos anteriormente que, para os neoliberais, o principal fator dessa superioridade reside no efeito disciplinador da concorrência como estímulo ao bom desempenho. É essa hipótese que se encontra no princípio de todas as medidas que visam a “terceirizar” para o setor privado ora serviços públicos inteiros, ora segmentos de atividades, incrementar as relações de associação contratual com o setor privado (por exemplo, na forma de “parcerias público-privadas”) ou, ainda, criar vínculos sistemáticos de subcontratação entre administrações públicas e empresas.

No âmbito do contexto neoliberal, a educação torna-se cada vez mais dependente de quem pode pagar por ela. Portanto, estudantes de classes privilegiadas frequentam escolas de melhor qualidade, têm acesso a currículos mais equipados e melhor infraestrutura, enquanto estudantes das classes populares frequentam instituições precarizadas e com poucos recursos.

A redução no investimento público também impacta no âmbito da definição das políticas defendidas pelo neoliberalismo. Larga parte do desenvolvimento neoliberal recai sobre o recuo do papel do Estado, que tende a reduzir gastos com educação. Logo, os investimentos, ou falta deles, precarizam as escolas públicas, com pouco recurso e muitos problemas de infraestrutura, além da sobrecarga dos profissionais da educação. Estes profissionais sofrem com a implantação de um currículo reduzido, limitados a técnicas mercantis, com a imposição de metas e resultados. Os docentes são obrigados a valorizar mais as aulas para avaliações externas, o que acaba por reduzir o processo do fazer pedagógico mais crítico e criativo.

O ensino superior também foi tomado pela lógica neoliberal. A mercantilização do ensino superior se deu com a privatização do ensino e a generalização dessas instituições pelo país. Se, por um lado, as universidades públicas, que são referências em atividades de pesquisa e extensão, não conseguem financiamento adequado para operacionalizar suas atividades, por outro as instituições privadas, focadas no ensino buscam a eficiência comercial. Assim, as universida-

des públicas se veem obrigadas a adotar práticas de eficiência empresarial para dar cabo de suas finalidades.

Cumprе igualmente apontar o reposicionamento da educação básica voltada para atender as demandas do mercado de trabalho, onde ao invés de formar cidadãos críticos e reflexivos, a educação neoliberal trabalha no sentido de formar “capital humano”. O lugar das ciências humanas, da Filosofia e das Artes, áreas consideradas áreas menos “úteis” para o crescimento econômico imediato, é omitido, até mesmo desprezado. Logo, a escola impõe um currículo de peso técnico e pragmático em que o produto final a ser apresentado à sociedade é o cidadão, isto é o estudante futuro trabalhador.

Na era das políticas neoliberais, o conceito de ‘estudante-cidadão’ aparece como uma imagem esculpida de acordo com as exigências do mercado de trabalho e com as demandas sociais do presente. Ele é construído com base nas ideologias de eficiência, produtividade e competição que definem a lógica neoliberal. O conceito de ‘estudante-cidadão’ é articulado nas narrativas que promovem competências e habilidades que ele deve adquirir para o mercado de trabalho, e não uma consciência crítica.

Uma das missões da educação marcada pela lógica neoliberal é formar o indivíduo como empregável. Ou seja, o estudante não é mais considerado como um aprendiz, cujo desenvolvimento de potencial é a tarefa mais importante, mas é considerado um produtor em potencial, cuja contribuição para a economia é o valor mais significativo. Assim, o conceito de cidadania, historicamente associado ao engajamento ativo em atividades sociais e cívicas, tornou-se imbricado em práticas que promovem os interesses do mercado de trabalho.

No cenário neoliberal, o ‘estudante-cidadão’ é alguém que incorpora as regras e valores de mercado e não apenas adquire conhecimentos, mas se ajusta à visão liberalista de empregabilidade e empreendedorismo. O sistema educacional, por sua vez, é reformulado de tal maneira que se torna um mecanismo para a manutenção do *status quo* ideológico.

Do estudante neoliberal é esperado que seja responsável por sua própria educação, acreditando que ele é o único responsável por seus sucessos e fracassos. Essa lógica está em consonância com outra característica neoliberal, a autogestão, na qual é o indivíduo que deve ser responsável por sua própria situação social e econômica. De maneira semelhante, a educação deixa de ser um processo coletivo para ser um produto do esforço individual e autodisciplina e uma gestão eficiente do tempo. É a propalada meritocracia. Desse modo,

seu sucesso ou seu fracasso é visto como consequência direta do seu esforço ou não, trazendo para o âmbito individual circunstâncias que são do âmbito político-social.

A produtividade é frequentemente mensurada por resultados quantitativos, como notas em exames, atividades extracurriculares e habilidades técnicas para os estudantes.

Assim, as instituições educacionais agem de maneira semelhante a fábricas do capital humano, simultaneamente produzindo a força de trabalho globalizada e as competências necessárias para serem competitivas no mercado.

Por fim, podemos citar o empreendedorismo e a flexibilidade como capacidades de adaptação fundamental em um mercado de trabalho que está em constante mudança, seja por fatores econômicos ou tecnológicos. O empreendedorismo, tanto no sentido real quanto no sentido ideológico, se torna uma característica desejável considerando que o estudante que consegue inovar alcançará mais sucesso e reconhecimento em uma sociedade que valoriza a competição.

Essas expectativas refletem a lógica neoliberal que marcam de maneira incisiva a educação. Portanto, o estudante deve ser responsável pelo acesso à educação e ao seu próprio sucesso profissional. Nesse sentido, Dardot e Laval (2016, p. 9) asseveram enfaticamente que ‘O sofrimento causado por essa subjetivação neoliberal, a mutilação que ela opera na vida comum, no trabalho e fora dele, são tais que não podemos excluir a possibilidade de uma revolta antineoliberal de grande amplitude em muitos países’. Ao transferir essa responsabilidade para o estudante, o Estado reduz sua atuação direta na veiculação de uma educação inclusiva e crítica, voltada para o desenvolvimento humano em seu sentido mais amplo.

No cenário da forte influência do pensamento neoliberal na área educacional, que enfatiza a preparação dos indivíduos para atender às exigências do mercado e aumentar suas chances de empregabilidade, surgem propostas pedagógicas críticas que buscam uma formação cidadã mais ampliada e libertadora. Pensadores como Paulo Freire (1996) e Dermeval Saviani (1992) apresentam conceitos que ultrapassam a mera adaptação do ensino ao mercado de trabalho e concentram-se em uma educação transformadora e humanística que visa promover a autonomia e um senso crítico nos estudantes. Essas teorias ressaltam a importância de uma educação que visa ao desenvolvimento completo

da pessoa de forma socialmente justa e inclusiva em contraposição à ênfase na competitividade e no individualismo promovidos pelo neoliberalismo.

Saviani (1992) apresenta uma análise crítica e discute como educação e trabalho se relacionam dentro de um contexto histórico-crítico. Para o autor o ensino é algo sistemático que vai além de apenas preparar para o mercado de trabalho, ele busca promover o desenvolvimento completo do indivíduo e considerando os aspectos históricos sociais envolvidos em perspectiva bem mais ampla voltada para uma formação integral. As considerações partem do entendimento de que a educação ocorre em um cenário marcado por diferentes classes sociais e por isso deve colaborar para mudanças profundas na estrutura da sociedade. O autor defende que a educação não deve apenas preparar os estudantes para atender às demandas do mercado de trabalho; ela também deve capacitá-los a compreender e questionar a organização socioeconômica em que vivem e ampliar seu engajamento político e social.

Paulo Freire, patrono da educação brasileira, é um dos principais autores sobre educação na perspectiva crítica no Brasil e no mundo. Ao contrário da lógica neoliberal, que tende a limitar o ensino a um processo técnico, sem espaço para reflexões sobre questões de cidadania e justiça social, sua teoria propõe uma pedagogia que privilegia o diálogo, a conscientização e a transformação social. Segundo Freire (1996), a educação deve ser tomada com uma prática de liberdade, na qual os alunos são incentivados a questionar criticamente a realidade que os cerca e a se verem como agentes de mudança social.

A proposta de educação que reside na teoria de Freire é a de uma educação que supere a lógica de “educação bancária”, onde o conhecimento é simplesmente depositado nos estudantes, e que avance em direção a uma educação dialógica, em que o aprendizado é construído em conjunto, por alunos e professores, por meio da problematização e da reflexão crítica. Esse modelo promove uma compreensão mais ampla e emancipadora da educação, formando cidadãos conscientes e participativos, capazes de perceber as estruturas de opressão e de agir para transformar a sociedade. Freire defende ainda que a educação deve empoderar os indivíduos a ponto de transcender a lógica do mercado e do consumo, proporcionando o entendimento dos próprios direitos e responsabilidades enquanto cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo abordou o impacto do neoliberalismo na conformação do ‘estudante-cidadão’ no Brasil a partir das políticas públicas de educação, mostrando como a lógica de mercado redefine a educação, priorizando a produtividade e a adaptação às exigências econômicas em detrimento de uma formação cidadã plena. As práticas apresentadas, com destaque para a meritocracia e as parcerias público-privadas, configuram o caráter mercantil voltado para a inserção no mercado, limitando a educação a um bem de consumo, ignorando seu potencial emancipador. Esse contexto culmina na subjetivação dos indivíduos para o atendimento rápido e pragmático das demandas de trabalho a curto prazo, inviabilizando a possibilidade de formar sujeitos críticos e participativos.

As reflexões finais deste estudo apontam para as implicações dessas práticas na política pública educacional e na formação cidadã no Brasil. A adoção de políticas que tratam a educação como um investimento individual e reduzem o papel do Estado na garantia do direito ao ensino amplia as desigualdades, restringindo o acesso e o desenvolvimento pleno daqueles que mais dependem de uma educação pública de qualidade. O fortalecimento de valores como a competitividade e o desempenho individual reforça as disparidades sociais, enquanto uma educação comprometida com a formação crítica e a justiça social é relegada a um segundo plano.

Conclui-se com a necessidade de políticas públicas que promovam uma educação inclusiva e democrática, voltada para o desenvolvimento integral do indivíduo e para a construção de uma sociedade mais justa. Um dos caminhos possíveis é o fortalecimento de abordagens pedagógicas críticas que, inspiradas em teóricos como Paulo Freire e Dermeval Saviani, possam incentivar a formação de cidadãos ativos e conscientes, capazes de transformar suas realidades. Ademais, recomenda-se o incentivo a debates e pesquisas que promovam alternativas ao modelo neoliberal, explorando a possibilidade de uma educação que valorize a cidadania, o pensamento crítico e a inclusão social. Esses esforços são essenciais para que a educação pública brasileira seja não apenas um instrumento de formação técnica, mas um espaço de emancipação, onde se desenvolvem cidadãos preparados para participar de maneira responsável e comprometida na sociedade.

REFERÊNCIAS

BOITO JR; GALVÃO, Andréia. **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.

CUNHA, Sebastião *et al.* Uma visão geral sobre a reforma trabalhista. **Mercado de trabalho** | 63 | out. 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

Freire, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOBSBAWN, Eric. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1979.

MACHADO, Eliel. Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais. **Lutas Sociais**, (21/22), 23–34, 2009.

MARIANO, Cynara. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, vol. 4, n. 1, p. 259-281, jan./abr. 2017.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política** / Karl Marx ; tradução e introdução de Florestan Fernandes.—2.ed.—São Paulo : Expressão Popular , 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas, São Paulo: Boitempo, 2002.

SAVIANI, Dermeval. “Neoliberalismo ou pó-liberalismo: educação pública, crise do Estado e democracia na América Latina”. In: VELLOSO, J.; MELLO, G.N.; WACHOWICZ, L.A; et alii. **Estado e educação**. Campinas, Papirus/CEDES; São Paulo, ANDE, ANPED, 1992